

RELATÓRIO FINAL II ENCONTRO GOIANO DE EJA Data: 21 de novembro de 2003

Tema: Educação de Jovens e Adultos- os sujeitos do processo

Criado no ano de 2002, o Fórum Goiano de EJA tem por finalidade fortalecer, apoiar e incentivar a constituição de novos fóruns e de espaços para discussões que subsidiem a elaboração e implementação de políticas públicas para EJA, além de mapear e promover intercâmbio das experiências que vêm sendo desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos no Estado de Goiás.

O II Encontro Goiano de EJA, ocorrido no município de Goiânia no dia 21 de novembro de 2003, contou com a participação de Secretarias de Educação de municípios goianos¹, além de representantes de diversas instituições da capital que atuam direta ou indiretamente com a educação de jovens e adultos: SESI, SENAI, SINTEGO, SINDIGOIÂNIA, Fundação BB Educar, Faculdades Anhanguera, os Conselhos Municipal e Estadual de Educação, Comissão de Educação da Câmara Municipal de Goiânia, a Fundação Bradesco, Fórum de Educação Popular, Orçamento Participativo e representantes de Escolas Municipais de Goiânia

Para este segundo encontro, a equipe organizadora² propôs como tema para discussão a “*Educação de Jovens e Adultos – os sujeitos do processo*”, cuja programação segue em anexo e relato das atividades do evento seguem abaixo.

Antecedidos por uma atividade cultural os trabalhos do II Encontro Goiano de EJA deram início com a composição da mesa por representantes das instituições que constituem a Coordenação Geral do Fórum Goiano de EJA.

Num primeiro momento foram cumprimentadas as delegações presentes e, em seguida, profa. Dra. Maria Margarida Machado proferiu uma fala sobre o contexto histórico de EJA no Brasil e em Goiás.

Na sequência, deu-se início a Mesa Redonda: “EJA – os sujeitos do processo” composta por Profa. Dra. Arlene de Assis Clímaco – representando a Secretária Municipal de Educação de Goiânia, profa. Walderês Nunes Loureiro, -, Profa. Eliane Stein representando o Conselho Municipal de Educação, Profa. Ms. Maria Helena Barcelos Café, representando o Conselho Estadual de Educação, os educadores Sérgio Ernani Gorski Ferro – AJA-Expansão e Lorena de Oliveira Garçon Marques – EAJA-SME-Goiânia e educandos Hilda dos Santos – SME Goiânia e Cláudio Cândido Alves – SESI-Goiânia. A coordenação dos trabalhos esteve sob a responsabilidade do prof. Geraldo P. Pessoa – representante do CME.

Profa Arlene inicia sua fala justificando a ausência da Secretária, profa. Walderês, e prossegue destacando os princípios que norteiam as diretrizes da SME-Goiânia:

¹ Municípios representados: Goiânia, Goianésia, Iporá, Goiás, Acreúna, Minaçu, Nazário, Pires do Rio, Goiatuba, Piracanjuba, Aparecida de Goiânia, Porteirão, Morrinhos, Caldas Novas, Novo Gama, Anápolis, **São Luiz dos Montes Belos**), Jandaia, Inhumas, Campos Belos, Flores de Goiás. Catalão esteve representada por integrante do MST

² Composta por representantes da SME Goiânia, UFG, UCG, Conselho Municipal de Educação (Goiânia), SESI, SINTEGO, UNDIME, Secretaria de Educação do Estado de Goiás, SINDIGOiânia, Faculdade Anhanguera e Fundação Bradesco e Fundação BB Educar.

Educação como direito, inclusão social, respeito à LDB que garante a educação aos jovens e adultos e esforço político e financeiro para garantia deste atendimento (aplicação dos 25% destinados à educação), reconhecimento da escola como espaço de socialização e trocas e respeito aos tempos dos sujeitos que nela estão inseridos. Em seguida, aponta como dificuldades que vêm sendo enfrentadas: o fato de o FUMDEF não ser direcionado à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à EJA e a formação de profissionais que compreendam as especificidades e necessidades dos educandos da EJA com qualidade. Finalizando, é citado por ela a organização da EAJA em Goiânia: trabalho diferenciado para atendimento de 1ª a 8ª séries, inclusive com uma experiência de 5ª a 8ª séries no turno diurno, AJA-Expansão – proposta de alfabetização de jovens e adultos em parceria com movimentos sociais, reconhecendo a importância de um trabalho conjunto com o CME, e ainda, que a SME vem utilizando verbas do tesouro municipal e do Governo Federal por meio da aprovação de projetos desenvolvidos para esta modalidade.

Na sequência, a Profa. Eliane Stein do CME faz um breve histórico da criação deste órgão (1997) e de sua importância para a implantação de políticas públicas de EJA, ressaltando a necessária interface entre o CME e o CEE, bem como com a RME. A palestrante citou como dificultador os atrasos no envio de propostas que já se efetivavam, o que permitia ao CME apenas referendar uma algo já existente, ressaltando que a atual gestão municipal tem envidado esforços para alteração desta prática e cita como exemplo a resolução nº 66/2001 que aprovou o Projeto AJA-Expansão. Como sugestão foi dito pela Profa. Eliane que propostas pautadas nos PCN's não seriam as mais adequadas para a EJA, sobre a importância de se considerar a empregabilidade como elemento para estas propostas, que o caráter de suplência deve ser eliminado da EJA e, por fim, ressaltou a importância de se estar acompanhando a aprovação e também a efetivação do Plano Municipal de Educação.

Dando continuidade aos trabalhos, profa. Maria Helena B. Café, representando o CEE, iniciou sua fala afirmando que está há pouco tempo no CEE e por isso falará embasada em sua experiência com a EJA. Em seguida retomou os princípios citados pela profa. Arlene, reforçando a ideia da educação como direito fundamental da pessoa humana, embora na EJA ainda permaneça a exclusão. Em seguida, faz algumas ponderações: enfatiza a importância de se aprovar o FUMDEB, pois na falta deste financiamento tem acontecido uma privatização da EJA, que embora a LDB fale de autonomia, esta não tem sido exercida sem abusos haja vista que em alguns casos a EJA não tem sido tratada com seriedade, exemplo disso são as suplências. Ao se pensar no papel da normatização, a professora ponderou sobre a necessidade de se preocupar com o avanço dos educandos no sistema de ensino mais do que simplesmente referendar as ações da escola. Nesse sentido destacou a importância de se acolher as experiências de “quem está na base”, que é onde se tem a possibilidade de pensar e realizar, cabendo ao CME o papel de acompanhar. Finalizando parabeniza o CME de Goiânia por esta atitude.

Em seguida, iniciou-se a fala da profa. Lorena de Oliveira G. Marques, que se propôs a expor as experiências que têm sido desenvolvidas na EAJA da Escola Municipal Maria Araújo (Goiânia). Com o objetivo de trabalhar com a metodologia do Tema Gerador, questionários foram aplicados para que a partir deles fossem levantados os temas e organizados os conteúdos. Durante esse processo a escola contou com a assessoria da UFG e da equipe de apoio da SME. A referida professora citou a importância da organização do coletivo de professores que, por

ser maior que a quantidade de turmas, viabiliza o planejamento e momentos de estudo e pesquisa.

Sérgio Ernani Gorski Ferro, educador do AJA-Expansão (Goiânia), iniciou sua fala expondo sobre o desafio de estar neste evento e em seguida fez a leitura de um texto reflexivo (Erva Venenosa) . A partir dele, falou da importância do amor no ato de educar. ‘É papel do educador de EJA contribuir para que o educando saia do processo de exclusão no qual são mergulhados pela sociedade. Nós educadores, temos que trabalhar percebendo os nossos educandos como sujeitos de sua história.’ O expositor falou sobre a importância das práticas dialógicas, afirmando que “se não existe esperança não pode existir processo” e finalizou comentando sobre a estrutura do AJA-Expansão (horário, formação, conteúdos ...).

A educanda Hilda dos Santos da Escola Municipal Presidente Costa e Silva (Goiânia) relatou que parou de estudar em 1987, voltou e não quer mais parar! Tinha medo e necessitava trabalhar para ajudar a criar os filhos. “Eu estou contente por estar aqui, gosto muito da escola, da relação que tenho com os colegas e se não falei certo, me desculpem!”

Finalizando, Cláudio Cândido, relatou fatos de sua vida como educando do SESI – do ensino fundamental ao médio, de como a necessidade de uma documentação o fez retornar à escola. Citou a EAD – Educação à distância – telecurso 2º grau, destacando a importância da certificação para a mínima garantia da empregabilidade. Por fim afirmou: “Dificuldades são muitas, sair do trabalho e ir para o colégio. O carinho, o respeito e a dedicação dos professores é que motivaram o meu desempenho”.

Após as exposições da mesa, abriu-se espaço para o debate, cujas participações são registradas abaixo:

- Prof. Ítalo (SESI) fez uma fala afirmando que “a educação é direito de todo brasileiro e responsabilidade do Estado, mas também da sociedade e enquanto representantes dessa sociedade, imbuídos do sentimento de cidadão, não podemos impedir instituições que trabalham seriamente a proporcionar aos educandos oportunidade de passarem pelos exames de qualificação e reclassificação. Precisamos pensar na também na integração educação/profissionalização’. Finalizando, o professor cita como exemplo uma parceria que vem sendo desenvolvida entre SME (Goiânia), SESI e SENAI.
- Prof. Jorge Ricardo (CME) lamentou a ausência da Secretaria Estadual de Educação neste Fórum e, ao mesmo tempo, parabenizou a presença dos municípios. Retomando aspectos da fala da profa. Maria Helena Café no tocante aos objetivos de ampliação do Capital, disse da necessidade de fazermos uma leitura política da conjuntura e com base nisso direcionarmos nossas ações.
- Profa. Dinair (Sintego) destacou positivamente a iniciativa da formação dos profissionais da educação da Rede Municipal de Educação de Goiânia .
- Profa. Arlene Clímaco(SME) se propôs a responder uma questão que chega à mesa. Entretanto, esta se destina à Rede Estadual, cuja representação não se fazia presente.
- Profa. Maria Helena Café, respondendo a um questionamento, frizou a necessidade e a importância de que sejam apresentados ao Conselho Estadual de Educação projetos que inovem na organização da EJA, citando
- como exemplo do Projeto AJA da RME de Goiânia, que surgiu de uma experiência; questão que foi reiterada pela profa. Eliane Stein.

- Profa. Arlene explanou sobre o financiamento da EAJA na RME, especificando que 1ª a 8ª série é financiado pelo FUNDEF e o AJA-Extensão e o AJA-Expansão são financiados pelo Tesouro Municipal; sendo que este último aguarda verba prevista pelo MEC, por meio do Programa Brasil Alfabetizado. Sugere ainda que neste Fórum sejam garantidos momentos para a discussão sobre os recursos para financiamento da EJA (materiais, formação de professores etc).
- Fábio Tokarski (Dep. Estadual) discursa sobre a necessidade da criação urgente do FUNDEF, incluindo a Educação Infantil e EJA, que não podem continuar vivendo de filantropia. Propõe que a Comissão de Educação da Assembléia venha compor este Fórum e sugeriu aos municípios que procurem o TRE para o levantamento das demandas de EJA, a exemplo de Goiânia.

Na sequência, sob orientação da profa. Maria Margarida, representantes de vários municípios relataram suas experiências em EJA, enfatizando as formas de inserção de seus sujeitos nos espaços das cidades, as parcerias que vêm fortalecendo e possibilitando o desenvolvimento dos trabalhos. De forma resumida, seguem abaixo exposições de alguns municípios presentes::

- *Jandaia* – vem desenvolvendo parceria com a cultura;
- *Minaçu* – Desenvolvimento de EJA há 15 anos, realização de conferência com profa. Maria Helena B. Café, têm nove escolas que atendem há 2000 alunos, três assentamentos onde funciona a EJA, formou turmas de EJA para o Ensino Médio;
- *Porteirão* – Demanda atendida, em sua maioria, com adultos com mais de 45 anos. Município recém-emancipado, conta com poucos recursos no atendimento a EJA;
- *Goíás* – Primeiro segmento é atendido pelo Município e segundo pela Rede Estadual. Faltam recursos humanos e materiais. Reivindica que saiamos deste Fórum com propostas efetivos para que a EJA seja de fato reconhecida pela Rede Estadual. Têm dificuldade com a capacitação mas vêm avançando;
- *Goianésia* – Vem desenvolvendo um trabalho que está inserindo o jovem e o adulto na comunidade. Não tem problemas de evasão;
- *Caldas Novas* – Reclama a ausência de representação da SEE, não tem recebido verbas, possui cem alunos na EJA;
- *Catalão* – Representante do MST enfatiza que a Reforma Agrária e Educação são grandes preocupações do movimento. Trabalham com processo de alfabetização e têm procurado implementar o trabalho para além da alfabetização;
- *Inhumas* – Questão financeira foi resolvida com parcerias. Os educadores são os mesmos que trabalham com o ensino regular;
- *Acreúna* – Começou a EJA por uma necessidade apresentada, haja vista que a escola começou trabalhando com Alfabetização Solidária e era preciso dar continuidade: “O projeto de Alfabetização Solidária não deu conta de um trabalho com qualidade e a SME está trabalhando esta questão. O município tem investido por exemplo garantindo ao aluno trabalhador um jantar na escola”;
- *Novo Gama* – Possui sete escolas e procura trabalhar a auto-estima e a cultura com os alunos;
- *Campos Belos* – Rede Estadual reclama da falta de material e afirma que Rede Municipal não foi convidada para este Fórum;

Após estas exposições, profa. Maria Margarida esclarece que o Fórum foi constituído com representação do Estado. No entanto, este ano, apesar de todos os convites não se fez presente.

Finalizando o Conselho Municipal de Educação (Goiânia) se coloca à disposição para possíveis esclarecimentos. Todos são convidados para o intervalo com almoço, sendo as atividades retornadas no período da tarde com as discussões nos Grupos de Trabalho, cujos relatos seguem abaixo.

Ao término das discussões por GT's, houve intervalo para o *coffe-break* e a plenária reuniu-se para ouvir a síntese da exposição dos trabalhos; sendo este o término das atividades do II Encontro Goiano de EJA.

Relatoras:

Adelaídes de Gusmão Viana (SME-Goiânia)

Janaina Cristina de Jesus (SME-Goiânia)

Maria das Graças de Souza (CME-Goiânia)

Maria Jacqueline Dias Alves (SME-Goiânia)

Miguelina Ely Albernaz de Lima (CME-Goiânia)

II ENCONTRO ESTADUAL DE EJA

TEMA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – OS SUJEITOS DO PROCESSO

RELATOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS DE TRABALHO

GT-01 – Educação do Campo

Expositores: Prof. Jadir Pessoa (UFG) e

Educador Waney Vasconcelos de Brito (MST-Caldas Novas)

Relatoria : Janaina Cristina de Jesus (SME)

Participantes:

Os trabalhos neste GT iniciaram-se com uma breve apresentação de todos os presentes³ que disseram sua instituição de origem e o motivo que trouxe cada um a este GT; motivos estes que alternaram entre simpatia, afinidade, trabalho e, sobretudo, respeito. Em seguida, prof. Jadir iniciou sua exposição destacando como sua origem justifica sua vinculação a este tema – de filho de trabalhadores rurais a pesquisador - e aproveitou para convidar todos para uma atividade cultural desenvolvida na FE-UFG “Fim de tarde rural”; ocasião em que são discutidas questões relacionadas à educação do campo (ex.: prática das parteiras será o tema do próximo encontro – 25.11.03.)

³ Adélia – UEG – Morrinhos, Carmentúcia – Secretária de Educação Morrinhos-GO, Profa. Daniela – Esc.Mun. Angelina Pucci, Prof. Délcio – Rede Estadual, Eliane – SME / CME, Élio – UEG, Profa. Ilda – Rede Estadual, Profa. Isabel – SME/ Def-AJA, Profa. Ivonete – RME, João– Educando E.M. Angelina Pucci, Profa. Josiane – Rede Estadual, Prof. Luiz Fernando – SME/Def-AJA, Profa. Márcia Melo – SME/ Aja Expansão, Maria Auxiliadora – Educadora Aja Expansão, Profa. Marta – SME / CME, Nilva – Fórum de Educação Popular, Rosemeire – CME, Sérgio – Educador Aja Expansão, Profa. Suzy– Esc.Mun. Maria Araújo, Profa. Virgínia – UCG

Com a afirmação “*Nós nunca tivemos Educação Rural no Brasil*”, feita em tom provocativo, prof. Jadir iniciou sua explanação sobre o tema justificando a afirmativa com o histórico do desenvolvimento econômico do Capitalismo, demarcando a Revolução Industrial como fato que deixou alguns legados: 1º) “**uma sociedade de homem para homens**”, para a realização masculina, sendo a mulher um aporte para tal. À mulher, para garantir um espaço social, a adoção de uma segunda jornada lhe é imposta e, atualmente, uma terceira jornada se lhe impõe: Ser Bela! (neste momento o expositor sugere a todos a leitura do texto “o mito da beleza” de Naomi Wolf. 2º) “**poder autoritário e absoluto sobre a natureza**”, o que nos permite decidir sobre o destino de animais e plantas e impor à terra o mesmo ritmo e capacidade de produção das fábricas. 3º) “**sociedade urbana, organizada**”, gerando uma compreensão de que o que vem do campo vale menos, é menor.

A educação absorve esta compreensão, o que se desdobra em, por exemplo, ter a educação rural como punição – como espaço de trabalho desprivilegiado. Como decorrência nós professores assimilamos isto. Em síntese, o Estado brasileiro, em suas várias instâncias, considera o campo como subcultura.

O histórico da educação no Brasil vai trazendo uma preocupação com o aumento do consumo, daí campanhas, ações estanques no decorrer das décadas com o objetivo maior de incluir as pessoas no mercado de consumo. Contudo, a LDB atual, principalmente em seu artigo 28, traz avanços que possibilitariam ações que considerem o campo, mas a questão central talvez não esteja aí e sim numa consciência desta possibilidade.

A participante Adélia(UEG) citou a “Escola Ativa”, proposta do MEC desenvolvida pelas Sec.Estaduais de Educação, objetivando obter uma opinião ao seu respeito. Prof. Jadir optou por não comentá-la citando em contrapartida a questão do transporte escolar que coloca crianças se deslocando de sua casa em horários precaríssimos. Isto, pensado em nível nacional, denota uma política perversa, que desestrutura as relações possíveis destas crianças em seu espaço e com suas famílias.

Waney, representante do MST, iniciou sua fala retomando a fala do prof. Jadir acerca dos efeitos da Revolução Industrial e, portanto, do Capitalismo. Segundo ele, com o objetivo de fortalecer os latifúndios, o Sistema cria formas de provocar o êxodo rural. Mantendo este raciocínio o expositor exemplificou com a questão das barragens que, em curto período de tempo encobrem um espaço não apenas físico mas cultural de inúmeras pessoas. Referindo-se ao MST, Waney apresenta como princípio a igualdade como direito: daí a educação constituir-se como luta permanente, como espaço de discussão e de conscientização sobre a realidade. O expositor traz como reflexões: quais canais abrangem a realidade sem maquiá-la? Como chegam estas informações às pessoas do campo?

Abrindo o espaço para o debate, as seguintes ponderações são feitas pelos(as) presentes:

- Ivonete (RME), numa interlocução com o grupo, ponderou sobre a dificuldade de se definir o que é realidade, sendo esta sempre muito particular.
- Adélia (UEG) compreende que não se pode “inculcar” valores, mas estimulá-los.
- Sérgio (Aja-Expansão) ponderou sobre os valores que constituem a realidade – aqui e no campo.
- Márcia (SME) solicita ao prof. Jadir que traga à discussão a questão de gênero no campo.
- Janaina (SME) interroga sobre a diferença que possa haver entre a educação proposta para os agrupamentos do MST e a que se desenvolve no interior das

escolas, caso se tome por base a idéia de conscientização que sustenta o pensamento de uma educação emancipadora.

- Virgínia (UCG), com base em sua experiência no acampamento São Carlos(MST), com duzentas famílias, questiona sobre a educação no campo, posto que, enquanto as pessoas estão mobilizadas para a aquisição da terra há o mínimo de coletividade. Num momento seguinte o comportamento apresentado é permeado pelos valores do individualismo e competitividade.
- Carmenlúcia (Morrinhos) questiona sobre os valores que têm sido inculcados na sociedade.
- Ivonete (RME), retomando sua exposição lembra que “na ida de pessoas para o espaço urbano não há mais volta, sem políticas para o Campo não há saída”.

Com o objetivo de abordar sem muito aprofundamento as questões levantadas, prof. Jadir cita o movimento francês da história Nova – *Escola dos Annales*, que vai referir à dificuldade de mudar as mentalidades, enfatizando que nossa história de dois séculos não se alterará em curto tempo. A matriz formadora de nossa mentalidade é a fazenda, e é esta idéia a que nós recolhemos como desejo, inclusive de aquisição. O que fazer? Desmontar esta herança! Convencer com nossa capacidade, não aceitar a submissão do campo. Em relação ao gênero, o expositor chama a atenção para a cultura camponesa, a literatura goiana que vai nos mostrar a não subjugação da mulher, embora possa ser silenciada...

Waney retomou sua fala para concordar com a concepção freireana que não pode ser tomada como método. Em relação à questão do gênero, o MST se organiza em setores e prima para que a questão da igualdade homem/mulher seja mantida. Quanto à diferenciação da proposta de educação do MST e a da escola tradicional é que trata-se de uma proposta social, embora haja inúmeras dificuldades; isto porque esta lógica está impregnada em todos nós. Trata-se de um movimento social e, portanto, desafiador. Outro aspecto desafiador tem sido a luta pelo plano de Reforma Agrária.

Contato com os expositores:Waney Vasconcelos de Brito – Rua Antônio Coelho de Godoi, 399-A – Centro – Caldas Novas-GO – 0xx-6? - 453-6341 (recado)

- Prof. Jadir Pessoa – jpessoa@terra.com.br

GT-02 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Professores: Dulce Barros de Almeida (FE/UFG)
Sônia Regina Silva Miranda (SME e SEE)
Relatoria: Maria das Graças de Souza (CME)**

Questões Levantadas pelo grupo de Formação de Professores

01 – Conceito de Inclusão:

- Aceitação das diferenças e da diversidade;
- Acessibilidade;
- Associação da inclusão apenas como transferência do aluno deficiente;
- Ausência do sentimento de indignação diante da exclusão;
- Capacidade para atender esse tipo de aluno;

- Conhecimento das artimanhas da exclusão;
- Conscientização dos direitos;
- Falta de autonomia do professor;
- Falta de compromisso do professor;
- Falta de maior qualificação didática;
- Formação do professor;
- Igualdade de oportunidades;
- Não existência da palavra igualdade na sociedade;
- Naturalização da exclusão;
- Princípios de dignidade humana.
- Qualidade de ensino;
- Respeito ao indivíduo
- Segregação;

02 – Dificuldades encontradas no Ensino Noturno:

- Aprendizagem dos alunos;
- Descontextualizar a exclusão das questões políticas/econômicas e sociais;
- Exclusão histórica no ensino Regular;
- Estrutura para suprir dificuldades;
- Política voltada para não excluir.

• 03 – Ações reais e atuais da escola sobre a questão da inclusão:

- Discurso diferente da prática;
- Excesso de burocracia e maior número de exclusão.

04 – Ações do Professor:

- Assumir profissionalmente o aluno;
- Buscar alternativas frente ao aluno;
- Criatividade;
- Dar conta de fazer cursos para o atendimento com as diversidades;
- Desmistificar a teoria dos especialistas de “estar preparados” para o atendimento da inclusão
- Fazer cursos importantes só através de trocas de experiências;
- Procurar não criar mecanismos de exclusão;
- Superar os desafios;

05 – Ações da Escola:

- Estabelecer parcerias;
- Não deixar sozinho o professor, que quer trabalhar com todos, buscando-se ajuda em outros segmentos (parcerias);
- Decisão política de inclusão:
- Convidar o professor para discutir o problema da aprendizagem

Expositores: Prof^a. Maria Emília de Castro Rodrigues (UFG)
Prof^a. Andrea Alves Uihôa (UCG/SME)

Relatoria: Maria Jacqueline Dias Alves (SME)

Foi dado início aos trabalhos com a apresentação dos componentes do GT, que falaram sua origem e um pouco das expectativas em relação à discussão sobre currículo. Professoras Maria Emília e Andrea propuseram uma dinâmica de trabalho tendo por base o texto “Trabalhando o Conceito de Educação – Discutindo Currículo na EJA”.

Prof^a Maria Emília iniciou afirmando que discutir currículo tem a ver com o processo pelo qual o homem adquire, assimila e constrói conhecimento. Diante de tal afirmação levantou algumas questões para reflexão.

- Que saberes cabem a escola propagar?
- Como organizá-los? Para quê e sob que interesses?

A organização curricular está vinculada a uma proposta política-pedagógica que explicita intenções e o compromisso social e político das pessoas e instituições.

Uma proposta curricular que busque garantir o direito do educando a uma educação de qualidade precisa partir da realidade dos educandos.

Antes de abrir a discussão, a professora Andrea propôs que esta fosse feita levando-se em consideração a seguinte metodologia:

1. Concepção
2. Princípios
3. Características do Currículo
4. Condições para viabilizar

Logo após esta sugestão, deu-se início a um rico debate onde a maioria das pessoas presentes falou das diversas realidades vividas em seus municípios e/ou instituições.

A primeira questão apresentada foi sobre a necessidade de se discutir a formação inicial, garantindo a discussão sobre a EJA dentro das universidades.

Apesar da trajetória da EJA, na rede Estadual ainda existe muita dificuldade em relação à garantia de uma educação de qualidade. Este momento tem que servir para pensarmos coletivamente ações que garantam qualidade. A maioria dos municípios está aprendendo sozinha e aí, as chances de errarem são maiores.”

Os presentes ressaltaram a necessidade de aproximação dos municípios e enfatizaram a dificuldade encontrada pela falta de material didático pedagógico. “Precisamos ter parâmetros, construir material adequado para o aluno jovem e trabalhador, principalmente por área do conhecimento”.

A Prof^a Maria Emília esclareceu que os municípios podem elaborar projetos para o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) pleiteando verbas para publicação e reprodução de materiais didáticos. Esclarece ainda que, além da formação inicial faz-se necessário construirmos mecanismos, para vencer a resistência de alguns professores que insistem em colocar em prática na EJA, uma educação bancária, sem uma preocupação maior com a realidade do educando e com seu processo de humanização.

Falaram da importância das parcerias para somar esforços e romper com as barreiras que tentam impedir uma educação de jovens e adultos de qualidade.

Algumas sub-secretarias ainda não perceberam a importância da EJA. A maioria dos municípios veio por iniciativa própria, o que aumenta a responsabilidade dos participantes do Fórum em estar socializando tudo o que viram, discutiram e encaminharam aqui para os demais municípios. (Promover encontros entre municípios).

Comentaram sobre a importância de se ter uma concepção de currículo que realmente atenda a realidade da EJA, que surja das necessidades vividas pelos seus educandos e educadores, que a problematize visando à superação e a construção de uma sociedade inclusiva.

Finalizando a Profª Maria Emília retomou levantando as seguintes questões: Para que queremos formar? Para o vestibular? Para o mercado de trabalho? Para a vida? Para exercer sua cidadania?

Precisamos discutir isto para termos clareza e construirmos o currículo. “Nós não queremos preparar o aluno só para o mercado de trabalho ou só para o vestibular, nós queremos prepará-lo para entender a sociedade na qual ele vive, com possibilidades de contribuir para a (re) construção de uma sociedade mais igualitária, onde todos tenham oportunidades e direitos iguais”.

GT-04 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Expositoras: Professoras Alda Maria Borges (UCG) e
Aurora Helena Fidelis (SME)**

Relatoria: Miguelina Ely Albernaz de Lima (CME)

- Proporcionar estágios também com turmas de AJA nos cursos de Pedagogia e Normal superior.
- Resgatar a auto-estima dos educandos, pois estes são peças principais para o sucesso do projeto;
- Articular e buscar espaços para fortalecer o ensino do AJA nas escolas;
- Garantir no máximo de 25 a 30 alunos por turmas, evitando o grande número de alunos nas turmas do AJA, já contando com a evasão;
- Proporcionar e garantir o acesso a material, equipamentos para elaborar estratégias para resgatar a auto-estima dos alunos, tendo-os como objetivo;
- Fazer o redimensionamento das turmas quando detectado o problema da evasão e promover discussão para saná-la, sem prejuízo de extinguir as turmas pelo menor número de alunos;
- Reivindicar a profissionalização do Educador popular, não como bolsista como vem acontecendo;
- Evitar o engessamento do tempo para alfabetizar os adultos. O tempo não pode ser limitado para todos;

Ações da escola:

- Oferecer um espaço atrativo;
- Oferecer uma boa refeição no noturno;
- Garantir o vale transporte para aqueles que mora ou trabalham longe da escola ou sala de aula;

- Oferecer formação aos professores para lidar com a exclusão e movimentos populares;

Ações do Professor

- Ousar, inovar as práticas pedagógicas;
- Elaborar estratégias para resgatar os excluídos (jovens e adultos);
- Refletir sobre a sua prática sempre tomando o aluno como seu objetivo.
- Buscar mecanismos para fortalecer o projeto, respeitando o conhecimento dos educandos;
- Considerar o processo cultural de cada cidadã sendo estes portadores de direitos e o trabalho deve ser feito no sentido de resgatar os seus direitos.
- **Obs.:** Após a conclusão do Ensino Fundamental, o aluno do EJA tem dificuldades de ingressar em turmas regulares de ensino, havendo necessidade da continuidade do projeto pelo menos até o Nível Médio.

GT-05 – A EJA E A TECNOLOGIA

Expositora: Maria Luiza Pereira Angelim (UNB)

Relatoria: Adelaídes de Gusmão Viana (SME)

As atividades do grupo de Tecnologias se iniciam com a apresentação da profa. Maria Luiza, dizendo sobre o trabalho que irá desenvolver nesta tarde. Em seguida sugere que todos se apresentem. No grupo há representantes da SME Goiânia, CME de Goiânia, SESI, SENAI, SINTEGO, parceiros do AJA – Expansão e secretarias de Goiatuba, Novo Gama. Em seguida Maria Luiza distribui um texto “A tua canção” e faz a leitura do mesmo. Terminando a leitura questiona sobre algum comentário que desejam fazer sobre o texto. Uma professora fala das individualidades de cada ser, uma outra comenta sobre particularidades das pessoas, outra completa a importância da música como algo que acompanha a vida e outra ainda faz referência ao trabalho do grupo, sua importância na educação. Maria Luiza reforça esta última fala. Dando seqüência aos trabalhos, Maria Luiza distribui outro texto, comentando sobre a cultura indígena, seus valores e sua importância para a sociedade hoje; fala do papel de escrita para a humanidade.

Fala um pouco do papel das tecnologias como instrumento para a educação e nunca o contrário, ou seja, a educação a serviço das tecnologias; segue a leitura do texto. Faz um exercício com o grupo sobre os sons referidos no texto. Prossegue a leitura. Interrompe para comentar sobre diferentes sons e tons que temos hoje e acrescenta que todos têm origem nos sons da natureza, animais, água, etc. Uma pessoa faz interrupção questionando as diferenças de sons das letras na região Nordeste. Um breve comentário e Maria Luiza pede à Prof^a Marilene dê continuidade à leitura.

Novamente Maria Luiza tece comentários utilizando para exemplificar partes do corpo de onde partem os sons, referindo-se sempre ao que traz o texto indígena: a barriga e tudo que ela abriga, o estômago, o coração (ar). A leitura é retomada e interrompida para explicações de Maria Luiza. O som da afirmação, o “é” que vem da garganta e de onde sai tudo o que quero dizer. Por último o som do silêncio que é

aquele que vem do cérebro. Finalizando a leitura, Maria Luiza diz que a tecnologia só faz sentido se se utilizar destes seis sons. Esclarece que outras culturas como a indígena e a indiana há muito se utilizam desta tradição como forma de tecnologias e questiona: E nós? Nós brasileiros como estamos em relação às tecnologias? Responde fazendo uma leitura de um outro texto onde estão colocadas leis e conferências para EJA. Apresenta, dando seqüência ao texto, alguns dados estatísticos sobre o número de pessoas fora da escola, seja no ensino fundamental, médio ou superior. “60 milhões de brasileiros sem o Ensino Fundamental”. Retoma a leitura do texto e tece alguns comentários “Temos 2 Brasis, um oficial e não oficial, um alfabetizado e outro não alfabetizado, um informatizado e outro ainda não informatizado”. A massificação da informação que veio com a TV, seu poder de manipulação para o consumo, o que afasta os indivíduos das relações com o outro, com a escrita. Hoje temos uma invasão sem que nós tenhamos sido consultados.

O representante do SENAI fala da inversão do uso das tecnologias, que devem servir para melhorar a vida das pessoas e jamais para servir como elementos de dominação. Maria Luiza concorda e retoma a leitura do texto, sempre interrompendo para comentar algo. Ressalta que ainda é muito pouco o que há nas leis sobre tecnologias por tratar-se de um tema muito recente e, por isso mesmo sempre tratado com superficialidade.

O texto faz um histórico do emprego das tecnologias a serviço da educação no Brasil. Maria Luiza “Por mais rádio e TV que tenhamos, nós precisamos sempre fazer nossa rodinha da canção, pois, nem todas as tecnologias dão lugar a momentos como este”. “A EJA no Brasil não se resolverá pelo emprego/uso da TV, do rádio ou de qualquer tecnologia”, “A privatização das telecomunicações tem tudo a ver com a EJA, pois ela tornou cara o acesso e impossibilitou avanços importantes na EJA”. (Maria Luiza).

Em nova interrupção Maria Luiza fala da importância da Educação Física, da arte para EJA. O quanto atividades simples revigoram os alunos da EJA, coisas básicas que a escola nunca ensina: como respirar, alimentar, cantar, transar, etc. É o esquecimento do corpo e aí perdemos a alegria. Aponta, retomando o texto, a importância da década de 90 para a EJA que, em grandes movimentos sociais, sobretudo populares, tiveram as primeiras grandes conquistas nesta educação. Encerrando a leitura comentada, Maria Luiza passa a utilizar transparências, fazendo um paralelo da visão estratégica que devemos ter entre o individual e o coletivo. Cada qual faz sua escolha, sua opção. As “invenções” sociais como a religião, o estado, a ciência e a tecnologia colocadas, a serviço da humanidade. A tecnologia transformando, através da ciência a vida humana, para o bem e o mal. Caba a cada um escolher. E é no momento da juventude que entram os valores, daí a importância da educação como elemento de tomada de consciência. “Preservar a consciência humana é o desafio diante das tecnologias. Usá-las sempre, mas, sem jamais perder a sensibilidade. Sensibilidade que se aflora na adolescência, daí a importância da educação para este adolescente, uma educação que leve à consciência humana”.

O fato é que as tecnologias estão aí, resta saber como se aproveitar dela. Maria Luiza relembra a 1ª publicação do livro Pedagogia da autonomia de Paulo Freire que fôra, intencionalmente colocado para comercializar por R\$2,00 para possibilitar a leitura para todos os educadores, Jovens e adultos devem se organizar para ter

acesso a leituras, lutar para ter bibliotecas com acervo literário rico e disponível para todos.

Uma colega da organização comunica à Profª Maria Luiza sobre o tempo. Maria Luiza fala ao grupo que só lhe restam cinco minutos e que muito ainda poderia ser dito, mas o tempo não permite. Encerra então dizendo dos desafios da EJA no enfrentamento das tecnologias que estão postas, impostas de acordo a atender interesses que estão longe de nossos alunos de EJA. Finalizando, a expositora mostra um material chamado “Rádio escola” e comenta como tem sido rica esta tecnologia para a EJA. Mostra ainda uma lista de filmes/documentários onde vemos; “oxênte, pois não” direção Joaquim Assis, Produção Zodíaco/FASE 1973.

- Atlântico negro – na rota dos orixás – direção de Renato Barbieri, 1999 – VT Documentário.
- O povo brasileiro – idealização/direção Isa Grispin Ferraz
- Séries Interpretes do Brasil – Judeth Cortesão. TV Escola 2001
- Educar é descobrir – direção Laura Coutinho – NUTEL/GDF
- Ilê Axé Bahia – a saga dos Orixás – direção Robson do Val – TV Educativa – Bahia
- Radio Escola – MEC
- Gente brasileira – 11 programas para formação de alfabetizadores.

Sites:

www.softwarelivre.org

www.inclusaodigital.org.br

www.redesolidaria.com.br